

História e identidade nacional

A formação de Portugal na historiografia contemporânea*

No Portugal contemporâneo, a reflexão sobre a identidade nacional não se aprofundou como noutras nações europeias. Mas nunca deixou de estar presente na historiografia e na literatura e desenvolveu-se em múltiplas direcções após a queda do Império, em 1974-75. Diversos autores têm sublinhado a função social da história na formação da consciência nacional. Entre as elites intelectuais, os historiadores ocupam um lugar destacado na fixação de uma memória social – uma memória escrita, não raro erudita, acessível a uma pequena parcela da comunidade em que se inserem. Essa memória da nação teve as suas limitações – durante muito tempo permaneceu manuscrita, quando não oral (Godinho 1991); frequentemente esqueceu as diversidades étnicas e culturais bem como as assimetrias regionais, para olhar o território nacional como um todo indiferenciado. E até ao século XIX, deixou-se entrosar por diversos mitos. Mas não exprimem esses mitos, também eles, um determinado sentido de identidade? Seja como for, a memória da nação contribuiu para legitimar a independência do Estado português e a sua permanência histórica, bem como para forjar a coesão nacional.

O caso português revela particularidades em relação a outros Estados-nação europeus que importa considerar: escasso peso das minorias étnicas, religiosas e linguísticas no todo nacional, de um modo geral nele integradas sem problemas; escassez de revoltas e rebeliões regionais e locais. Em tal contexto de relativa homogeneidade, de períodos de relativa estabilidade política e social (1851-1868; 1871-1890; 1932-1958) e de difusão de ideários nacionalistas, não surpreende que a história tenha sobretudo vincado um sentido da unidade nacional. Em diversos momentos estiveram em jogo desafios internos e externos, que podiam pôr em causa a existência do Estado independente: o défice das finanças públicas; o desafio iberista – tão vivo nos decénios de 1850-70 ou logo após a instauração da Iª República em 1910 – e a questão colonial, a ameaça que outras potências europeias com maiores recursos significavam em África. Nestas circunstâncias, compreende-se que um pequeno Estado europeu periférico e marginal como

* Agradecemos à Prof^a. Dejanirah Couto as observações críticas que desenvolveu acerca deste texto nas IV^{as} Jornadas de *Lusotopie*, no Porto.

o português tenha, em diversos momentos, incentivado os estudos históricos e a publicação de fontes relevantes para o conhecimento do seu passado. E que a historiografia portuguesa tenha sido frequentemente instrumentalizada pelos nacionalismos e pelas ideologias difundidas pelo Estado ou por correntes políticas organizadas.

A par de outras temáticas como a Cruzada, os Descobrimentos e a expansão ultramarina, a decadência e o atraso relativamente a outras nações europeias, a definição do herói nacional ou as relações com Castela, o problema da independência de Portugal e a sua permanência histórica constituíram um dos temas-chave da historiografia portuguesa, sobretudo a partir da revolução liberal de meados do século XIX. Tornou-se, de resto, numa das referências fundamentais na legitimação histórica do Estado português. O tema da formação de Portugal foi tratado em múltiplas perspectivas, tendo em conta, não raro, a questão das origens étnicas dos Portugueses, a autonomização do Estado no século XII, o território, a construção da nação e a sua continuidade no tempo. A frequente indiferenciação entre os conceitos de pátria, Estado e nação, que se observa na historiografia oitocentista (com raras exceções como as de Herculano e Oliveira Martins), contribuiu para a mescla daquelas questões que hoje são consideradas de um modo distinto.

Das teses providencialistas à teoria política de Herculano

Desde os finais do século XVIII, o racionalismo iluminista e a afirmação de uma historiografia de exigência documental e científica, sobretudo ligada à Academia Real das Ciências, alimentaram uma corrente crítica em relação às « fábulas » acerca das origens de Portugal: Túbal (neto de Noé, suposto fundador de Setúbal e do Reino de Portugal) e a sua descendência mítica, o milagre de Ourique e as alegadas Cortes de Lamego. A crença no progresso, a confiança na razão e o sentido crítico perante a teologia contribuía para minar a credibilidade dessas tradições tão difundidas mas, na verdade, nunca fundamentadas em evidências históricas. A instauração do regime liberal pela força das armas – depois legitimado por eleições e pela adopção dos textos constitucionais – e as novas exigências culturais de um Estado-nação em construção, que intentava formar cidadãos instruídos e não já súbditos fiéis ao monarca absoluto, tornavam arcaicos alguns desses mitos das origens (Túbal e o milagre de Ourique). Mas até meados de Oitocentos, era ainda muito comum a teoria providencialista acerca da batalha de Ourique, como momento-chave na formação do Estado português: para além dos legitimistas, partidários do Antigo Regime político, o poeta António Feliciano de Castilho ainda a difundia. Outros autores esqueciam a tradição do milagre de Ourique mas continuavam a ver na batalha o facto decisivo na fundação da monarquia (caso de Coelho da Rocha ou de Ferdinand Denis). Esta sobrevalorização do acontecimento, baseada, por vezes na teoria contratualista da origem popular do poder real, associava-se também à sobrevalorização do papel histórico de Afonso Henriques – herói fundador por excelência. Fundamentava-se assim a separação do Estado, quando não da Nação (frequentemente confundida com o Estado), no princípio dinástico. Mas num tempo de céleres transformações sociais e extraordinárias conquistas científicas como foi o século XIX, depressa esta

tese se tornou insuficiente para explicar a complexa realidade dos Estados-nação.

A obra pouco lida mas muito prestigiada de Alexandre Herculano e as intensas polémicas anticlericais em que se envolveu – especialmente a controvérsia acerca do milagre de Ourique – contribuíram decisivamente para a subalternização das tradições mitológicas das origens na cultura histórica nacional¹. Por outro lado, ultrapassava definitivamente a história factual que superlativava uma data, um facto único supostamente decisivo, adoptando a teoria da formação de Portugal como um processo. No entanto, aquelas tradições cumpriam uma função social e mental não despicienda na sociedade do Antigo Regime. Todas elas estruturavam uma certa ideia de excepcionalidade da pátria, sublinhando, de algum modo, a sua antiguidade e carácter precoce relativamente a outras nações. Acentuava-se assim a diferença histórica e o percurso único dos Portugueses, como se só as invocando se pudesse justificar a existência do reino e afirmar a sua glória e prestígio. Como se só assim os Portugueses soubessem encontrar a confiança que o curso dos sucessos e insucessos nem sempre pôde alimentar. A insistência na diferença do caso português prende-se, aliás, com a consciência da desproporção entre o passado e o presente, entre os feitos gloriosos, a dimensão e os recursos limitados do país. Essa consciência da dissonância entre a memória histórica e a situação da nação no século XIX alimentaria, aliás, as tão redundantes representações da decadência e do atraso nacional.

Ao longo do século XIX, para além das tradições a que nos referimos, a ideia de que a experiência histórica nacional constituía excepção desenvolve-se em torno de alguns grandes tópicos, entre os quais destacamos :

- uma determinada teoria acerca das origens da nação e do Estado independente ;
- a noção de uma índole ou carácter nacional próprio, claramente diferenciado do de outros povos, assente ou não numa base étnica também ela bem distinta ;
- a ideia de uma missão histórica da nação, diversa consoante os pontos de vista doutrinários (por exemplo, o mito da cruzada, e a tese oitocentista da vocação hegemónica de Portugal na Península Ibérica) ;
- o pioneirismo da afirmação de alguns dos supostos caracteres próprios das nações modernas – raça, língua, território.

Em todas estas ideias se projectava a consciência do presente e, implícita ou explicitamente, uma perspectiva do futuro, expressão que, de algum modo, garantia a confiança na nação e nas suas virtualidades originais.

Em 1846, no primeiro volume da sua *História de Portugal*, Alexandre Herculano rompeu com várias tradições que dominavam a cultura histórica portuguesa. Para além de negar a autenticidade do milagre de Ourique e das Cortes de Lamego, punha em causa a identidade entre Portugueses e Lusitanos, muito difundida a partir dos finais do século XV. A atitude radical que adoptava neste último ponto só pode compreender-se se tivermos em conta a sua crítica à história fabulosa que vivia dos mitos das origens, preocupados que estavam os autores que a difundiam em apreçoar uma origem remota, e assim supostamente mais nobre e diferenciadora para

1. Mas nem sempre a história-ciência foi imune à representação mítica. Não chegou o jovem Herculano a admitir as Cortes de Lamego como autênticas e a preconizar que se difundisse a tradição da Padeira de Aljubarrota, correspondesse ela ou não a factos verídicos ?

Portugal. Interessado em demonstrar a modernidade de Portugal, uma pátria que, em seu entender, se tinha constituído no século XII pela « revolução » e pela « conquista », não dispondo de informação arqueológica e linguística, o historiador considerava que a presença celta se apagara quase completamente com a ocupação romana (Herculano 1980 : 81-84). Por outro lado, associava a tese continuista, de um modo indiferenciado, com a história doutrinária e mitológica dominante no Antigo Regime político e então ainda corrente. Misturava o trigo com o joio. Se era incorrecto, porquanto anacrónico, em termos históricos, identificar Portugal com a Lusitânia e os Portugueses com os Lusitanos, como muitos publicistas faziam, também não parecia pertinente rejeitar toda e qualquer relação, étnica, linguística, territorial e histórica entre os dois povos, como pretendia Herculano. O carácter insustentável da sua posição foi logo evidenciado em 1846 por Vilhena Saldanha, fundador e redactor do jornal legitimista *A Nação* (Saldanha 1846). Mas o autor da *História de Portugal* não voltaria atrás na sua controversa ideia, antes insistiria nos mesmos argumentos. Seria preciso esperar pelo início do decénio de 1870 para que o linguista Adolfo Coelho viesse pô-la em causa, abrindo assim um processo alargado de revisão do problema.

Herculano reagia contra as intromissões de um patriotismo retórico e passadista, que não hesitava em inventar origens míticas para a nação, prolongando assim em pleno século XIX um modo de conceber a história ultrapassado pelas exigências da crítica. Em seu entender, os Portugueses não precisavam de reivindicar para si as glórias dos chefes lusitanos. Tinham mais com que se honrar.

A sua tese voluntarista de que Portugal « é uma nação inteiramente moderna », que se constituira sem ter em conta o mapa político anterior, como que em ruptura com o passado, estava em sintonia com a mentalidade individualista, liberal e romântica, de que o historiador era um dos expoentes mais destacados. Tal como a implantação do regime liberal correspondera às exigências do racionalismo liberal e da crença no progresso e se dera pela força da vontade e das armas, também a própria independência do Estado no século XII se devera às qualidades da nobreza portugalense medieval (em particular do seu belicoso príncipe, Afonso Henriques) e ao seu querer político.

Críticas à tese de Herculano

Tem-se esquecido o significativo contributo de Adolfo Coelho para a revisão da tese de Herculano. Antes de Leite de Vasconcelos e de Teófilo Braga, o linguista demarcou-se da tese herculaneana. Na verdade, já em 1871, Adolfo Coelho invectivava o historiador no que respeita à sua ignorância sobre a investigação linguística (Coelho 1871 : ix). Pouco depois, desenvolvia o seu ponto de vista acusando Herculano de desconhecer também as questões etnológicas e de não ter sistematizado factos de história do direito nacional. Em seu entender, o autor da *História de Portugal* não aprofundara o exame das « causas íntimas » da formação da nacionalidade. Concluía que não o respeitava como historiador, mas tão só como arqueólogo. Na relação entre as premissas e a conclusão, o ataque era porventura desproporcionado. Marcou, todavia, um primeiro momento de

desafecção relativamente ao magistério de Herculano, então já retirado em Vale de Lobos.

Teófilo Braga considerava que Alexandre Herculano se limitara à descrição dos sucessos, ignorando uma suposta « lei superior » que teria levado à realização da nacionalidade. Em suma, não teria averiguado « a razão de ser » da separação de Portugal. Em 1880, Teófilo retomaria as suas críticas, aliás, em sintonia, no essencial, com as de Adolfo Coelho: ignorância da linguística e da etnologia, incompreensão dos textos dos geógrafos gregos e romanos e ainda, de um princípio que Teófilo considerava basilar – a suposta alternância entre uma tendência no sentido da desmembração e a tendência para a unificação política dos estados peninsulares. Acusava ainda o autor da *História de Portugal* de escrever a sua obra *ad usum delphini*, isto é, para a formação do próprio monarca (D. Pedro V). Como se a intencionalidade desta obra estivesse longe de corresponder às necessidades da nação (Braga 1871 : ccxi ; Braga 1984 : 324-325).

Por seu lado, Oliveira Martins, embora o reconhecesse como um mestre e o mais ilustre historiador peninsular, levantava diversas objecções aos pressupostos doutrinários que enformavam a *História de Portugal*. E, em 1879, no volume da sua Biblioteca das Ciências Sociais que decerto maior divulgação teve, não considerava válidos os argumentos invocados por Herculano para contrariar a teoria da continuidade entre Portugueses e Lusitanos : «...não nos parece que o processo por ele seguido para negar a doutrina, seja conveniente, nem até verdadeira a opinião de que entre portugueses e lusitanos nada haja de comum » (Martins [1989] : 3-4).

A ignorância acerca de povos pré-romanos levava Oliveira Martins a interrogar-se acerca da originalidade do povo português face aos restantes povos da Península Ibérica e a formular a hipótese de que os Lusitanos haviam constituído uma das mais caracterizadas tribos entre os povos peninsulares. Sugeriria ainda que essa individualidade bem distinta proviria de uma maior componente de sangue céltico, misturado com o sangue ibérico. Reconhecendo claramente o desconhecimento geral acerca dos povos anteriores ao domínio romano, Martins chamava a atenção para o complexo problema, em aberto, dos antigos povos que haviam ocupado o território português.

Já no que respeita à teoria voluntarista e política de Herculano, Oliveira Martins estava, no essencial, de acordo com ela, embora admitisse a influência de outros factores, como, por exemplo, a mentalidade separatista da Idade Média na raiz da autonomia do Estado e das condições geográficas na definição do destino marítimo nacional².

Como se torna evidente, com o decénio de 1870, o tempo dos consensos em relação ao valor científico da obra de Alexandre Herculano parecia definitivamente encerrado. As suas posições em relação às origens étnicas e à separação política do Estado mostravam-se já insuficientes. O desenvolvimento das ciências sociais (história, antropologia, sociologia, linguística, psicologia) e a nova conjuntura europeia saída da queda do II^o Império francês, da unificação da Itália e da Alemanha, impunham a revisão

2. Diversos críticos do autor do *Portugal contemporâneo* classificaram a sua interpretação histórica de teoria do acaso (entre outros, Ricardo Severo, António Sardinha, Mendes Correia e Damião Peres), o que não se nos afigura de todo correcto. Confundiu-se assim a posição de Martins com a sustentada em 1870 por Teófilo Braga – a ideia de que Portugal surge como uma nação artificial, tendo na origem algo de fortuito, a ambição do Conde D. Henrique de constituir um Estado politicamente separado.

daqueles problemas. Por outro lado, a voga dos nacionalismos de fundamentação étnica e linguística (caso da Alemanha) e, em Portugal, de um vivaz nacionalismo cultural que, em larga medida, se alimentava do imaginário histórico, também contribuíam para que a questão das origens voltasse a primeiro plano. Entretanto, o positivismo tendia a dominar a atmosfera das elites intelectuais na imprensa periódica, nas escolas superiores e até nos liceus.

Desde os primórdios da sua vida intelectual, uma das preocupações centrais de José Leite de Vasconcelos foi a de procurar esclarecer as relações entre os Portugueses e os povos que ocuparam o território nacional antes do domínio romano, com destaque para os Lusitanos. Consciente de que só poderiam dar-se passos seguros na matéria com o concurso de múltiplas disciplinas – entre elas a arqueologia a linguística e a etnografia – e tendo em conta o tempo longo, muito anterior à constituição da unidade política a que se chamou Portugal, revelou-se atento observador das fontes e estudos então disponíveis.

Em 1885, num esquecido livrinho de divulgação, Vasconcelos demarcava-se da historiografia tradicional que situava na batalha de Ourique ou no reinado de D. Afonso Henriques os primórdios da história de Portugal e sublinhava: « A aclamação de um rei não determina, só por si, o início da vida de um povo » (Vasconcelos 1885: 4). O problema não se encontrava na data e lugar em que aquele príncipe assumira o título de Rei. Nem, tão-pouco, na aclamação do monarca, geralmente aceite desde o século XIV na cultura histórica nacional, mas posta em causa por Herculano. Tratava-se, sim, de mudar de ponto de vista e ampliar temporalmente o olhar sobre passado. As raízes da sociedade portuguesa deviam encontrar-se muito antes da independência política. Os trabalhos dos arqueólogos – Carlos Ribeiro, Pereira da Costa, Nery Delgado, Martins Sarmento, Estácio da Veiga (entre outros), – de historiadores como Alberto Sampaio – e linguistas – caso de Adolfo Coelho – vinham, desde o decénio de 1860, a acumular testemunhos que o evidenciavam. Consequentemente, não se podia dizer, como pretendia Alexandre Herculano, que Portugal fosse uma nação inteiramente moderna e que a sua história remontasse apenas ao século XII.

Aquando do sétimo centenário da morte de D. Afonso Henriques (1887), o etnólogo voltava a contrariar Herculano e a insistir na continuidade (e não antinomia) entre Portugueses e Lusitanos. Para além destes, sublinhava a pluralidade de elementos étnicos estranhos na origem daqueles, como de resto sucedera com todos os povos. E, de um modo inovador, apontava os méritos do primeiro monarca português: num tempo em que a nacionalidade ainda estava por definir, Afonso Henriques deu um passo decisivo nesse sentido, contribuiu para acentuar e perpetuar os seus caracteres, « deu, enfim, maior coesão aos elementos nacionais que existiram antes dele » (Vasconcelos 1887: 5). Em lugar de celebrar as qualidades militares e políticas do monarca, atitude habitual na cultura histórica portuguesa, Leite de Vasconcelos deslocava a atenção do campo do indivíduo para o domínio da comunidade que antecede a constituição de uma unidade política diferenciada. Em que medida contribuíra a acção de Afonso I para a formação da nacionalidade? – era a pergunta implícita a que procurava responder. Mas torna-se evidente que, no seu espírito, a dimensão política e o plano individual não eram compreensíveis sem convocar o todo social e

cultural, as raízes da diferenciação do Ocidente peninsular. Para tanto, havia que aprofundar as pesquisas respeitantes à pré-história e aos povos pré-romanos. Tudo aquilo que concorresse para o conhecimento mais profundo dos remotos habitantes do território nacional deveria interessar ao estudioso.

Tem-se esquecido a relevante contribuição de Leite de Vasconcelos para a compreensão da formação de Portugal. Um dos domínios que pretendia explorar, na senda dos trabalhos de Adolfo Coelho, era o da língua, com destaque para a toponímia pré-romana. Outro era o da arqueologia. Em ambos trabalhou o cientista, sempre preocupado com o rigor da pesquisa, o inventário minucioso dos vestígios, o fundamentado estudo da etimologia e da evolução das línguas. Sempre cauteloso em formular simples hipóteses, quando as bases lhe faltavam. Assim, nas *Religiões da Lusitânia* (1897) adverte que no estado em que então se encontrava a investigação, não era fácil esclarecer as relações entre os povos das civilizações dos metais e as tribos pré-históricas, embora admita que, em parte, devessem corresponder umas às outras. No estudo sobre a *Origem histórica e formação do povo português* (1923), depois de inventariar e caracterizar os diversos grupos étnicos que povoaram o território português, interroga-se acerca da respectiva influência na « constituição física » e nas « manifestações psíquicas » dos Portugueses ao longo do tempo, para logo atalhar : « Porém, esses difíceis problemas não pertencem à Etnografia, ciência propriamente descritiva, de cujo campo não pretendi afastar-me » (Vasconcelos 1923 : 26-27). E em 1941, num dos derradeiros trabalhos que dedicou ao tema, voltava a mostrar a maior cautela no tratamento da problemática das origens étnicas do povo português e a chamar a atenção para a necessidade de se elaborarem estudos monográficos que pudessem rever ideias correntes e abrir novas perspectivas. Consequentemente, considerava « imaturo querer deslindar desde já a origem dos Portugueses », sobretudo no respeitante aos povos mais recuados (até às invasões germânicas).

O determinismo étnico

A cautela com que Leite de Vasconcelos tratou a questão é tanto mais relevante quanto no seu tempo era muito corrente o determinismo étnico. Teófilo Braga era, sem dúvida, o mais influente adepto deste sistema, muito em voga na historiografia francesa do século XIX (Thierry e Taine, entre outros). Todavia, a teorização que adoptou está longe de se fundamentar em termos científicos ou, sequer, de ser coerente. Na verdade, nos primeiros trabalhos que dedica ao tema (1868-71) valoriza os moçárabes na transformação dos municípios romanos e na génese do terceiro estado, chegando a, equivocadamente, considerá-los um grupo social e um grupo étnico portador da essência da nação portuguesa. Noutras obras posteriores, ora atribui aos Celtas o sentido autonómico nacional (além de outras características do carácter nacional como o « génio amoroso » e o « espírito de aventura »), ora a povos semitas que ocuparam a península : Fenícios, Cartagineses, Judeus e Árabes. À tese de que os moçárabes constituíam o fundo antropológico da nação portuguesa correspondia a ideia que a nacionalidade se constituía de um modo artificial, tardiamente e por circunstâncias casuais (daí a suposta ausência de originalidade da literatura

portuguesa). Esta posição extrema que Teófilo sustenta em 1870 (na *Introdução à história da literatura portuguesa*), retomada pelo iberista Fernandez de los Rios em 1877, depressa seria abandonada pelo seu autor : já não consta na sua *Teoria da história da literatura* (1872), com que concorreu ao Curso Superior de Letras. A substitui-la, invocará sobretudo uma base étnica diferenciada como fundamento da separação política de Portugal. Desvalorizava assim o factor dinástico sublinhando, por outro lado, a função do povo e o princípio federal como ideia geradora da História de Portugal. Mas a sua argumentação histórica a favor do federalismo estaria longe de ser suficiente para justificar que o regime republicano português instaurado em 1910 adoptasse a forma federal. Razões de ordem pragmática, com destaque para o isolamento internacional em que a Iª República viveu nos seus primeiros tempos (com a oposição que lhe moveu parte significativa da elite política do Estado espanhol), levaram ao esquecimento do programa federalista do Partido republicano português (1891) e à adopção de uma forma unitária de Estado. As contraditórias posições de Teófilo Braga seriam criticadas por Antero de Quental, Oliveira Martins, Adolfo Coelho e Pinheiro Chagas. Todos punham em causa a substantivação do moçárabes como grupo étnico diferenciado e como grupo social (Teófilo identificava-os com os *godos-lites*).

Poucos anos após, este debate prosseguiria a propósito da *História de Portugal* de Oliveira Martins. A grande questão era, mais uma vez, a da identidade ou não de uma raça nas origens da separação política de Portugal – a que Martins dava resposta negativa. E a par desta, a do papel da vontade política e do condicionalismo geográfico. Como compreender a originalidade do povo português e a sua permanência histórica? O ensaísta estava bem consciente do desconhecimento dos povos pre-romanos que então dominava. E formulou a diferença nacional relativamente a Castela não apenas evocando o percurso histórico diferenciado das duas nações – com a ameaça de Castela a pesar sobre o destino histórico português e a sua propensão marítima – mas em termos de psicologia colectiva ou caracterologia. Quando as elites europeias discutiam a guerra franco-prussiana de 1870, poucos anos depois de Fustel de Coulanges e antes de Ernest Renan, Oliveira Martins adopta uma teoria de nação-consciência, nação-moral, que se afirma separadamente pelo seu ideal, pelo querer ser independente³. Não podemos aqui aprofundar o seu tratamento. Importa salientar é que a indagação acerca das origens étnicas da nação ocupava um lugar central nas ciências sociais e humanas que então davam os seus primeiros passos no sentido da sua estruturação. Que esse debate era condicionado por um outro, de natureza política (mas não só), acerca da viabilidade dos pequenos estados europeus como Portugal, a Bélgica ou a Grécia. E que a discussão era dominada por pressupostos dogmáticos não fundamentados em argumentos científicos.

Para além da obra de Leite de Vasconcelos, sublinhe-se o inovador contributo de Alberto Sampaio. Na sequência de Oliveira Martins, insistia na ausência de unidade étnica e geográfica como alegado fundamento da independência do Estado, chamava a atenção para a irredutível diversidade

3. MARTINS 1872 :172-173 e 188-189. Cf. FUSTEL DE COULANGES, « L'Alsace est-elle allemande ou française ? », in HARTOG 1988 : 378-382 (trata-se de uma carta a M. Mommsen datada de 27 de Out. de 1870) e RENAN, « Qu'est-ce qu'une nation ? », in RENAN 1996 : 240-243 (texto de 1882).

Norte-Sul e para o enraizamento da sociedade portuguesa medieval num tempo muito anterior à fundação da monarquia. Basílio Teles e outros autores do século XX retomariam estes enfoques.

Na esteira dos trabalhos de Teófilo Braga e de Martins Sarmiento⁴, o determinismo étnico seria retomado no período da I^a República por autores de formações ideológicas tão diversas como Ricardo Severo (1912), António Sardinha (1916) ou Mendes Correia (1924 e 1938). A grande preocupação era a de definir um fundo étnico diferenciado no território português, muito anterior à separação política de Portugal. Todos estes autores recorrem aos estudos então em voga de craniologia e insistem na dolicocefalia da população portuguesa, supostamente « a mais dolicocefala e homogénea da Europa » (Severo 1912 : 31-32), idealizam a Lusitânia como uma pátria e os Lusitanos como um povo. António Sardinha (1915 : 31) vai mais longe ao superlativizar a função histórica do « dolicoide meão », supostamente conservado na sua pureza original ao longo dos tempos (1915 : 31)⁵. Todavia as consequências deste determinismo rácico e naturalista não são coincidentes. Enquanto o republicano Ricardo Severo sublinha a « feição constitucionalmente democrática » do organismo social português e da sua alma, Sardinha procurava fundamentar uma monarquia tradicional num quadro institucional em que se valoriza a função histórica dos concelhos e do localismo na continuidade nacional. Por seu lado, em crítica a Damião Peres, Mendes Correia intentava retomar a tese da individualidade étnica dos Lusitanos e assentar em argumentos supostamente científicos a « diversidade estrutural » do psiquismo português (relativamente ao espanhol) e a alegada maior homogeneidade da população portuguesa num contexto europeu (Severo 1912 : 52-53 ; Correia 1938 : 66 e 72). De resto, já Teófilo Braga sustentara esta última ideia. O que na verdade se exprimia nestas deambulações rácicas era a obsessão de encontrar um factor essencial de diferenciação biológica e de personalidade colectiva que, para além das vicissitudes da vida política e da contingências da história, permitisse justificar desde tempos muito recuados a especificidade do carácter nacional e a permanência histórica de Portugal como Estado e nação independente. E embora estes autores fossem obrigados a reconhecer que a ascendência dos Portugueses não era apenas lusitana, acabavam por insistir na importância dos Lusitanos com elemento étnico mais relevante na sua origem, na « homogeneidade étnica » daqueles como grande factor da permanência nacional e na relativa homogeneidade da própria população portuguesa (A. Sardinha, Mendes Correia).

-
4. Arqueólogo, pioneiro do estudo da cultura castreja, Sarmiento sustentou a tese de que os Lusitanos eram provenientes de uma remota emigração ariana - os Lígures, anteriores aos Celtas. Contrariava assim a tese então corrente do celtismo dos Lusitanos. A sua teoria, bastante difundida, seria contudo contrariada com sólidos argumentos por Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos (FABIÃO, 1996 : 94 & MATOS, 1998 : 342).
 5. Note-se todavia que António Sardinha viria a modificar sensivelmente o seu ponto de vista : para além do factor rácico, levará em linha de conta o meio natural e o clima a determinarem aspectos essenciais do carácter nacional, designadamente, o lirismo (SARDINHA, 1930).
-

Outras teorias do século XX

O determinismo geográfico – a tese de uma individualidade geomorfológica do território português relativamente ao restante território peninsular –, formulado por Reclus (1876 : 917-918), encontraria mais tarde expressão em Silva Teles (1908) e no geógrafo alemão Lautensach (1931) e a oposição crítica de Amorim Girão (1915), entre outros autores. A ideia da individualidade do território nacional acabaria por ser abandonada, sobretudo na sequência dos esclarecedores trabalhos de Orlando Ribeiro (ver adiante) admitindo-se, todavia, o condicionalismo do factor geográfico⁶.

Para o factor linguístico já chamara atenção Adolfo Coelho, na sua crítica a Oliveira Martins : em seu entender o território português constituía, deste ponto de vista, uma unidade distinta na península. A língua portuguesa seria anterior à separação política do Estado. E a preponderância do elemento céltico em topónimos e antropónimos apontaria no sentido daquela singularidade. Jaime Cortesão levaria mais longe a tese da anterioridade de uma língua falada no Ocidente peninsular no século X relativamente à formação política de Portugal.

Cortesão encarava a formação da nação como um processo de longo prazo, considerando que esta só atingira a « maioridade política e a plena expressão nacional » com a revolução de 1383-85 – daí a sua teoria dos factores democráticos (ou da « concepção democrática ») da história de Portugal. Lembre-se que o historiador expunha esta concepção durante o regime da Ditadura Militar e, depois, já no Estado Novo, quando dominava um nacionalismo dogmático e exclusivista. Do ponto de vista geográfico, considerava que, entre as regiões periféricas da Península Ibérica, a área Ocidental é que se apresentava mais claramente distinta dos planaltos centrais e com maior contacto com o oceano, numa « convergência atlântica ». Por outro lado, valorizava a posição geográfica do território – « o melhor cais da Europa para devassar o mundo desconhecido » e um lugar por excelência de fusão de duas civilizações diferentes. Mais do que nenhum outro historiador, Cortesão sublinhava o resultado histórico da romanização que, a seu ver, se teria traduzido na unificação social de diversos povos e naquilo que designou de « atlantização do povoamento » ([1964] : 31 e 39). Da administração romana resultou, a seu ver, a « prefiguração dum Estado em plena realização geográfica » (Cortesão salientava a coincidência de boa parte dos limites da Lusitânia com a futura fronteira do território português). Ou seja, muito antes da autonomização do Estado português no século XII, a diferenciação do Ocidente peninsular do ponto de vista social, linguístico e da sua relação com o território era já evidente. E não esquecia a identificação étnica : os lusitano-celtas romanizados e cristianizados. Salientem-se ainda dois outros aspectos na interpretação de Jaime Cortesão : 1) a insistência no carácter cosmopolita, ecuménico e universalista da história nacional, ou da missão histórica da nação e 2) a ideia de que a formação de Portugal constituiu uma expressão das transformações sociais, económicas políticas e religiosas que ocorrem na Europa dos séculos XI a XIV – com destaque para a revolução popular deste último século.

6. Vd., por exemplo, D. STANISLAWSKY, *The individuality of Portugal*, Austin, Univ. of Texas Press, 1959. Sobre Silva Teles, Hermann Lautensach, e a posição crítica de Amorim Girão, veja-se D. PERES, *Como nasceu Portugal*, 9ª ed., Porto, s.d. : 19-25. Veja-se também O. RIBEIRO, *A formação de Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação-Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987 :19-21.

Próxima em certos aspectos, mas ao mesmo tempo divergente da teorização de Jaime Cortesão, situa-se a do seu amigo António Sérgio (que, aliás, começou a escrever sobre o tema antes do Autor d'*Os factores democráticos na formação de Portugal*). Em oposição frontal às teses marcadas por um nacionalismo tradicionalista, na sua óptica, a formação de Portugal como Estado e nação independente teria sido uma « obra de estrangeirismo », resultado da presença de europeus no território nacional, ou nas suas próprias palavras, « produto das aspirações do viver europeu » (Sérgio 1971 : 77). Sérgio invoca o concurso dos cruzados do Norte da Europa na conquista de Lisboa e de outras praças, no século XII ; a presença de mercadores italianos e flamengos no porto de Lisboa – ponto de confluência do comércio do atlântico Norte com o Mediterrâneo ; a presença de ordens religiosas como a de Cluny e a influência francesa (sobretudo no tempo de D. Henrique e posteriormente no século XIII). A par de judeus e árabes, os colonos do Norte da Europa teriam sido os grandes agentes do progresso económico do reino (Sérgio 1916 : 11-22 ; Sérgio : 1923 : 13-14). Note-se que a valorização do papel dos estrangeiros na independência de Portugal não era nova : havia sido assinalada no século XIX por historiadores como Herculano, Rebelo da Silva, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Consiglieri Pedroso ou Alberto Sampaio. No século XX, mais do que Jaime Cortesão, António Sérgio sublinhou o seu papel, atribuindo-lhe um inequívoco sentido de progresso social e económico. No campo oposto, o nacionalismo conservador diminuirá o seu lugar (caso de Mendes Correia).

A par do estrangeirismo, Sérgio insistirá noutro ponto, sobretudo a partir do final do decénio de 1920 : a filiação da independência de Portugal no desenvolvimento da burguesia comercial europeia, empreendedora e cosmopolita. Em 1941, na introdução à sua malograda *História de Portugal*, sugeria até que o país era « uma cunha europeia e burguesa » entre as populações peninsulares e considerava as « gentes do Norte » os agentes únicos da independência nacional que teriam permitido aos dirigentes portugueses dispensar o auxílio dos outros reinos ibéricos (Sérgio 1973 : 32-33). A independência de Portugal não teria assim passado de um episódio do desenvolvimento da economia urbana do Norte da Europa – com destaque para a actividade comercial marítima. Teoria em consonância com a ideia ideal que Sérgio constrói dos Portugueses como um povo dotado de « maior dose de cosmopolitismo », entre os demais povos ibéricos – tópico que já se encontra em diversos autores oitocentistas (Teófilo Braga e Horácio Ferrari, entre outros). De índole plástica, facilmente adaptável a outros povos e a outros costumes, os Portugueses teriam procurado realizar na história um « tipo » próprio. Todavia, a incapacidade dos seus dirigentes – a contradição entre a prática comercial e a expulsão dos judeus, entre os frequentes contactos com os outros povos e a imposição de uma religião dogmática – teria impedido a realização desse. E o suposto « génio cosmopolita », transnacional dos portugueses ter-se-ia distanciado do espírito europeu no século XVII, aquando da reacção contra a Espanha. Note-se, porém, que a noção de índole colectiva tem em António Sérgio um sentido dinâmico – identifica-a com o destino – e está sujeita às vicissitudes do percurso histórico. Ter-se-ia traduzido num « carácter universalista » ao qual deveria corresponder uma exigência moral. Neste sentido se compreende o seu ideal de portuguesismo : « só é profundamente português o que for como tal um cidadão do mundo » (Sérgio : 1971 : 146).

Até ao decénio de 1970, a interpretação crítica da história nacional de António Sérgio, que tanto deve a Oliveira Martins, exerceria profunda influência na historiografia portuguesa. Não surpreende que assim sucedesse, tendo em conta a profunda crítica a que submeteu o nacionalismo dominante nas elites culturais portuguesas desde os finais do século XIX. Era o nacionalismo conservador e exclusivista que acabou por se impor duradouramente durante o Estado Novo. Este quadrante ideológico cultivou a ideia de uma origem e identidade étnica claramente diferenciada dos Portugueses relativamente a outros povos – a sua identificação com os Lusitanos e de Portugal com a Lusitânia foi retomada, inclusivamente nos livros escolares adoptados –, bem como a de uma missão histórica desde sempre assumida pela nação e pelos seus dirigentes: uma missão missionária, evangelizadora, civilizadora, por vezes considerada em sintonia com um alegado sentido universalista e de solidariedade humana (Soares 1958 : 29). Associado a uma retórica nacionalista e marcadamente historicista, o comemorativismo, vivido numa ilusão de repetição da grandeza passada, contribuiu significativamente para a difusão desse culto passadista das origens. O duplo centenário de 1940, realizado aquando do Congresso do Mundo Português, retomando uma ideia muito anterior (remontava a 1922), é o melhor exemplo do incentivo a esse culto.

Mas, a par dos trabalhos mais subordinados a exigências doutrinárias e pragmáticas, a historiografia portuguesa de meados do século XX não deixou de produzir novos contributos e reflexões acerca da formação de Portugal. É o caso do influente estudo-síntese de Damião Peres (1938). Tendo em conta uma pluralidade de condições, o historiador distingue claramente entre a autonomização do Estado, a afirmação do espírito nacional e a construção da nação, « produto de uma acção humana ». Para Damião Peres, uma nação constitui uma « realidade de feição psicológica », uma « unidade afectiva » que assenta numa elaboração político-económica. Mas a formação de Portugal não corresponde a uma « uniformidade de condições geográficas, étnicas, linguísticas e culturais » comuns ao Ocidente peninsular – isto porque o factor político vai cindir essa unidade primordial (Peres [s.d.] : 38). Se já em Alexandre Herculano encontramos esta ideia da construção da nação como um processo longo, irredutível a qualquer data única (como pretendiam tantos autores do século XIX e até do século XX, confundindo frequentemente Estado e Nação), voltaremos a encontrá-la no quadro de outras formulações em vários outros historiadores e geógrafos do século XX, com destaque para Orlando Ribeiro, Vitorino Magalhães Godinho, Jorge Borges de Macedo e José Mattoso. Com estes estudiosos, as ciências humanas ganhavam densidade crítica e sentido reflexivo, afastando-se decisivamente da sua instrumentalização pelas ideologias.

Orlando Ribeiro caracterizou em termos meridianos a diversidade regional portuguesa (1945). E na sequência dos trabalhos de diversos historiadores, etnólogos e geógrafos (com destaque para Alberto Sampaio e Leite de Vasconcelos), assentou inequívocamente a recusa da « individualidade geográfica » de Portugal bem como do determinismo étnico que enformou as posições de tantos autores, insistindo na necessidade de procurar as raízes do Estado e da nação num tempo muito anterior à sua estruturação, considerando as diversas civilizações que se desenvolveram no Ocidente peninsular (Ribeiro 1963 e 1987 : 19-64).

Por seu lado, num trabalho recente, José Mattoso tem conta a utilização de múltiplas noções que, na Idade Média, de algum modo significam a percepção de uma comunidade diferenciada : reino, naturalidade, fronteiras, território. E salienta que o que forjou a unidade de áreas com características culturais tão diversificadas no território português foi a continuidade de um poder político forte e centralizado. No que respeita à noção de identidade nacional, é sem dúvida pertinente concebê-la como algo de construído (e não de natural e eterno, como pretendem os autores nacionalistas), que só tardia e progressivamente se generaliza ao homem comum. Mas será que a consciência desta identidade só se generaliza a toda a população a partir dos finais do século XIX, com a vulgarização de fenómenos característicos dessa época, tais como « a difusão da escrita e da imprensa, a implantação de um sistema eleitoral, a generalização de práticas administrativas uniformes e a participação activa da população na vida pública » ? (Mattoso 1998 : 21 e 67). Poder-se-á considerar como destituída de sentimento e de consciência de identidade nacional uma maioria iletrada da população portuguesa desprovida dos direitos de cidadania (até muito tarde, em rigor, até 1975) ? Como observava Adolfo Coelho no princípio do século XX, os analfabetos não são necessariamente alheios a uma ideia de pátria – ou seja não são por vezes desprovidos de consciência de pertença a uma comunidade – e até a expressões de memória nacional (Coelho 1993 : 260-261). Múltiplas são as formas de consciência e expressão de um sentido de identidade nacional. Não se podem reduzir a uma relação com os níveis de leitura, com o sufrágio ou a implantação da administração estatal à escala regional. Da memória oral de factos essenciais da história da comunidade nacional à consciência de pertença a uma cultura e a uma língua diferenciada, dos saber-fazeres da tradição popular a todo um património antropológico em larga medida comum – todos estes traços podem alimentar a identidade nacional. No mesmo sentido apontam as reflexões de Joaquim de Carvalho acerca de um sentimento nacional vivido pela maioria dos portugueses « tendo como componentes primaciais elementos afectivos, de escasso e ténue conteúdo intelectual ». É certo que patriotismo e identidade nacional não são sinónimos. Ou seja, amor da pátria não envolve necessariamente uma consciência alargada de identidade nacional. Mas, como adverte Joaquim de Carvalho, o patriotismo é « um nexó que liga a consciência do indivíduo à totalidade dos seus compatriotas e à história pretérita e principalmente futura do país » (Carvalho [1998] : 132).

Por isso nos parece discutível a tese segundo a qual « o que cria e sustenta a identidade portuguesa é [...] o Estado » (Mattoso 1998 : 82-83) – o que teria tido como consequência um lento processo de afirmação da consciência nacional bem como uma tardia expressão popular dessa consciência. É um facto que o sistema de ensino e as forças armadas estruturadas pelo Estado liberal tiveram um relevante papel neste processo. Mas não se pode esquecer que, até meados do século XX, da escola esteve alheada a maior parte da população portuguesa. E, nos séculos XIX e XX, a acção das elites intelectuais, embora estivesse longe de alcançar audiência geral e eficácia política (Godinho 1982 : 11), revelou-se decisiva na resistência à ameaça iberista e na difusão de uma memória da nação, logo, da consciência de pertença a um todo nacional.

Relevância da consciência histórica

Num Estado unitário, de fronteiras antigas e estáveis, ao qual corresponde uma nação relativamente « homogénea », sem problemas étnicos profundos, com um credo religioso largamente maioritário entre a população, língua e tradição histórica comuns, não era irrelevante, em termos doutrinários, explicar a sua estruturação pela sobrevalorização de um ou outro factor, político, étnico, linguístico, geográfico ou pela ponderação de múltiplas condições (José Leite de Vasconcelos e recentes teorizações). Se as teses políticas (Herculano, Oliveira Martins) justificavam a necessidade da afirmação de uma elite ou do querer individual como instrumentos de regeneração cívica e meio de assegurar a continuidade histórica do Estado-Nação, as teorias naturalistas e étnicas ora se adequam a uma interpretação popular e anti-monárquica da história de Portugal, ao evolucionismo dominante nas correntes republicanas e à lógica da transformação social necessária, pacífica, em sintonia com as supostas leis da evolução social (Teófilo Braga), ora a uma posição de enraizamento étnico e cultural segundo a qual as contingências da vontade são insuficientes para enfrentar as contingências do destino (A. Sardinha, Mendes Correia). Nesta última óptica, a confiança no futuro só pode firmar-se em algo de orgânico e estrutural (raça distinta, território, língua, etc.). Ao invés, na perspectiva política e voluntarista, o porvir da nação é um horizonte aberto, sempre dependente das qualidades e do esforço do seu escol dirigente. Como bem observou Dejanirah Couto⁷, de algum modo, os imaginários sociais em que se traduzem estas teorias neutralizam-se (os casos de António Sardinha e de António Sérgio são um bom exemplo disso mesmo).

Podem admitir-se que, para além de formulações muito diversas e divergentes no que respeita às origens da nação e do Estado independentes, a consciência histórica contribuiu fortemente para forjar um sentido de identidade e coesão nacional. Factor tanto mais significativo quanto é hoje um dado adquirido a profunda diversidade das áreas regionais portuguesas, de diversos pontos de vista, do quadro natural ao desenvolvimento económico, passando pelos comportamentos político e religioso, a divisão da propriedade, os tipos de exploração da terra, etc. Facto que, ao invés do que sucede com os nacionalismos periféricos na vizinha Espanha, não se traduz em quaisquer problemas de identidade.

Ao contrário do que pensaram os dois maiores historiadores oitocentistas (Herculano e Oliveira Martins), a comunidade nacional não viveu no século XIX uma ruptura profunda com a sua tradição histórica. O sistema liberal implantou-se numa sociedade maioritariamente tradicional e rural, dominada por uma mentalidade aristocrática. O mercado nacional estruturou-se lentamente e com marcadas resistências sociais, também evidentes noutros domínios (cobrança fiscal, difusão de novas atitudes perante a morte, frequência da escola). E a sociedade portuguesa escolarizou-se e alfabetizou-se lenta e tardiamente (ainda hoje o processo está em aberto), apresentando durante muito tempo baixos níveis de participação cívica. Mas de um modo geral, não tem revelado problemas de

7. Discussão durante as IV^{as} Jornadas de *Lusotopie*, Porto.

identidade nacional⁸. Poder-se-á admitir que foi o Estado o grande obreiro deste sentido de identidade? Sem esquecer o papel do poder político, não se deve todavia esquecer o sentido localista e quase espontâneo da consciência de pertença à comunidade nacional, a função das memórias colectivas e, não obstante todas as suas limitações, a função social das elites intelectuais.

Nos séculos XIX e XX, a história secularizada que se escrevia já não fixava apenas a memória de uma dinastia ou de um regime político, mas intentava, pela voz dos seus melhores expoentes, compreender as grandes tendências de evolução histórica do todo nacional num âmbito mais vasto. E apesar do seu reduzido alcance social imediato terá, a prazo, desempenhado relevante função de integração cultural por via do sistema de ensino e da formação das elites. A par de outros lugares de unidade e factores de coesão – a língua, a escola, as forças armadas e a produção de lugares de memória como a estatuária urbana, a toponímia ou o panteão – constituiu um factor de unidade na estruturação do Estado-Nação.

Janeiro/Junho 2002

Sérgio CAMPOS MATOS

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- BRAGA, T. 1871, «Sobre a literatura portuguesa», in Domingos VIEIRA, *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*. Vol. I, Porto, E. Chardron & B. Moraes.
- 1894, *A pátria portuguesa. O território e a raça*, Porto, Lello & Irmão.
- 1984, *História do romantismo em Portugal*, Lisboa, Ulmeiro. [1ª ed. 1880]
- COELHO, F.A. 1871, «Sobre a língua portuguesa», in Domingos VIEIRA, *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*. Vol. I, Porto, E. Chardron e B. Moraes.
- 1872, *A propósito da História da Literatura de Teófilo Braga*, Porto, Imprensa Portuguesa.
- 1993, «A cultura mental do analfabetismo», in *Obra etnográfica*, edição e prefácio de João Leal, II, Lisboa, Dom Quixote: 253-271. [1ª ed. 1910]
- CORREIA, A.A. Mendes 1924, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, A. Figueirinhas.
- 1938, *Raízes de Portugal*, Lisboa, Ociente. [2ª ed. 1944]
- CORTESÃO, J. [1964], *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte. [1ª ed. 1930]
- GIRÃO, A. 1915, *Geografia física de Portugal*, Coimbra, Livraria Neves Ed.
- HERCULANO, A. 1980, *História de Portugal*, I, Lisboa, Bertrand, pref. e notas críticas de José Mattoso. [1ª ed. 1846]
- 1985 *Opúsculos IV*, Lisboa, Presença, org., introd. e notas de Jorge Custódio e José M. Garcia.

8. Ideia já formulada por E. LOURENÇO ([1988]: 19). Vejam-se ainda os resultados dos inquéritos organizados por Manuel Braga da Cruz, analisados na revista *Nação e Defesa*, 49, Jan.-Mar. 1989, e J. Machado PAIS (1999).

- LAUTENSACH, H. 1931, « A individualidade geográfica de Portugal », *Boletim da sociedade de geografia*, Lisboa, 49ª série, 11-12, Nov.-Dez. : 362-409. [versão alemã 1928]
- LOURENÇO E. [1988], « Portugal – identidade e imagem », in *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARTINS, J.P. de Oliveira 1872, *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da renascença*, Porto, Imprensa Portuguesa.
- [1989], *História de Portugal*. Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, edição crítica com introd. de I. Faria e Albuquerque e prefácio de M. de Albuquerque. [1ª ed. 1879]
- PAIS, J. Machado 1999, *Consciência histórica e identidade. Os jovens portugueses num contexto europeu*, Oeiras, Celta.
- PERES, D. s.d., *Como nasceu Portugal*, Porto, Vertente, 9ª ed. [1ª ed. 1938]
- RECLUS, É. de 1876, *Nouvelle Géographie Universelle, La terre et les hommes. I. L'Europe méridionale*, Paris, Hachette.
- RENAN, E. 1996, « Qu'est-ce qu'une nation ? » et autres études politiques, Paris, Imprimerie Nationale, apres. Raoul Girardet.
- SALDANHA, D.S.M. Vilhena 1846, « História de Portugal pelo Sr. A.Herculano », *Revista Universal Lisbonense*, V (41) : 485-487.
- SAMPAIO, A. 1923, *Estudos históricos e económicos*, Porto, Liv. Chardron, 2 vols, pref. de Luís de Magalhães.
- SARDINHA, A. 1915, *O valor da raça. Introdução a uma campanha nacional*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa Ed.
- 1916, « O território e a raça », in A. SARDINHA, *A questão ibérica*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa : 9-76.
- 1930, *A aliança peninsular*, 2ª ed., Porto, Liv. Civilização. [1ª ed. 1924]
- SÉRGIO, A. 1916, *Considerações histórico-pedagógicas antepostas a um manual de instrução agrícola na escola*, Porto, Renascença Portuguesa.
- 1923, *Bosquejo da História de Portugal*, Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional.
- 1971, *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa. [1ª ed. 1920]
- 1973, *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa. [1ª ed. 1941]
- SEVERO, R. 1912, *Origens da nacionalidade portuguesa*, Lisboa, A.M. Teixeira. [conferência realizada em 1911]
- SOARES, Torquato Sousa 1958, *Linha de rumo da História de Portugal*, São Paulo, s.e.
- TELES, Silva 1908, « Introdução geográfica », *Notas sobre Portugal*. Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional : 2 -11
- VASCONCELOS, J. Leite de 1885, *Portugal pré-histórico*, Lisboa, David Corazzi.
- 1887, « A nacionalidade portuguesa », *A Apoteose* (Guimarães) : 5.
- 1888, *Numismática nacional*, Lisboa, Tip. do Jornal O Dia.
- 1888-89, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 3 vols. [1ª ed. 1897-1913]
- 1923, *Origem histórica e formação do povo português*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- 1941, « Origem do povo português (estado actual e sucinto do problema) », *Revista Lusitana* (Lisboa), XXXVIII : 194-246.

Estudos

- António... 1988, « António Sardinha 1887-1987 », n° especial, *A Cidade* (Portalegre), 2, Jul.-Dez.
- BETHENCOURT F. & CURTO R. Diogo, eds 1991, *A memória da nação*, Lisboa, Sá da Costa.
- BUESCU, A.I. 1987, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, Instituto nacional de investigação científica.
- CARVALHO, J. [1998], « Compleição do patriotismo português », *Obra Completa*, V, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian : 123-137. [1ª ed. 1953]

- FABIÃO, C. 1996, « Archeology and Nationalism : the Portuguese Case », in M. DÍAZ-ANDREU & T. CHAMPION, eds, *Nationalism and Archaeology in Europe*, Londres : 90-107.
- GODINHO, V. Magalhães 1982, « Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História », *Revista de História Económica e Social* (Lisboa), 10, Jul.-Dez. : 1-13.
- HARTOG, F. 1988, *Le XIX^e siècle et l'histoire. Le cas de Fustel de Coulanges*, Paris, PUF.
- José Leite de Vasconcelos, *Livro do centenário (1858-1958)* 1960, Lisboa, Faculdade de Letras.
- LEAL, J. 2000, *Etnografias portuguesas (1970-1970). Cultura popular e identidade nacional* Lisboa, Dom Quixote.
- LOURENÇO, E. 1978, *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Dom Quixote.
- MACEDO, J. Borges 1990, *Portugal um destino histórico*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- MATOS, S. Campos 1993-94, « Leite de Vasconcelos no debate acerca da formação de Portugal : um confronto com Oliveira Martins », *O Arqueólogo Português* (Lisboa), 11/12 : 11-33.
- 1998, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri.
- 1998, « Historiografia e mito no Portugal oitocentista », *Actas dos IV^{os} Cursos internacionais de verão de Cascais*. Vol. III, Cascais, Câmara municipal de Cascais : 245-258.
- MATTOSO, J. 1985, *Identificação de um país*, 2 vols, Lisboa, Ed. Estampa.
- 1998, *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva-Fundação Mário Soares. [2^a ed.]
- MEDINA, J. 1977, *Herculano e a Geração de 70*, Lisboa, Terra Livre.
- MONTEIRO, G. Nuno 1997, « Poder local e corpos intermédios : especificidades do Portugal moderno numa perspectiva histórica comparada », in L.N. Espinha da SILVEIRA, ed., e pref., in *Poder central, poder regional, poder local, uma perspectiva histórica*, Lisboa, Cosmos.
- MONTEIRO, N. & PINTO, A. Costa 2000, « Mitos culturais e identidade nacional portuguesa », in A. Costa PINTO, ed., *Portugal contemporâneo*, Madrid, Sequitur : 232-245.
- RIBEIRO, O. 1963 *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa. [2^a ed., 1^a ed. 1945]
- 1977, *Introduções geográficas à História de Portugal : estudo crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- 1987, *A formação de Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação-Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- SARAIVA, A.J. 1982, *A cultura em Portugal. Teoria e história*. Vol. I, Lisboa, Bertrand.
- SILVA, A.C.N. da & HESPANHA, A. 1993, « A identidade portuguesa », in J. MATTOSO, ed., *História de Portugal*. Vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores : 18-37.
- STANISLAWSKI, D. 1959, *The individuality of Portugal*, Austin, University of Texas Press.
- VAKIL, A. 1995, « Nationalising Cultural Politics : Representations of the Portuguese "Discoveries" and the Rhetoric of Identitarianism, 1880-1926 », in C. MAR-MOLINERO & A. SMITH, eds, *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula*, Oxford-Washington, Berg : 33-52.